



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / FAX (46) 3564-1203

e-mail: gabineteexecutivo@hotmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-000 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2026

CÂMARA MUNICIPAL SALGADO FILHO

Protocolo Nº 011

Data 22 / 01 / 26

Ass: [Assinatura]

Dispõe sobre as exigências específicas para o parcelamento, uso e ocupação do solo em áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) no Município de Salgado Filho/PR, e dá outras providências.

NILMAR FRANCISCO RECH, Prefeito em Exercício do Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece exigências específicas e restrições para o parcelamento, uso e ocupação do solo em áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), no território do Município de Salgado Filho/PR.

Art. 2º As disposições desta Lei Complementar complementam e integram a Lei Complementar nº 02, de 21 de outubro de 2019 (Lei de Uso e Ocupação do Solo), aplicando-se de forma específica às áreas com declividade elevada.

Parágrafo único. Nos casos de conflito entre as disposições desta Lei Complementar e a Lei Complementar nº 02/2019, prevalecerão as normas desta Lei, para as áreas enquadradas em seu objeto.

CAPÍTULO II DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 3º A aprovação de projetos de parcelamento do solo, edificação ou ocupação urbana em áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) ficará condicionada à apresentação, no mínimo, dos seguintes documentos técnicos:

I – Laudo Técnico Geológico ou Geotécnico, elaborado por profissional legalmente habilitado, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, que ateste a viabilidade da ocupação da área, considerando estabilidade do solo, riscos de erosão e deslizamentos;

II – Estudo Hidrológico ou Hidrográfico da área, demonstrando o comportamento das águas superficiais e subterrâneas e as medidas necessárias para controle de drenagem;

III – Projeto de Contenção e/ou Estabilização de Encostas ou de Terraplenagem, quando indicado pelos estudos técnicos;

IV – Laudos e estudos ambientais complementares, quando exigidos pelo órgão ambiental municipal ou por legislação específica.

Nilmar Rech



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.699/0001-98

FONE (46) 3564-1202 / FAX (46) 3564-1203

e-mail: gabineteexecutivo@hotmail.com

Rua Floriano Francisco Anater, 50 - CEP 85620-000 - SALGADO FILHO - PARANÁ

"Terra do Vinho e do Queijo"



§ 1º A autoridade técnica municipal poderá exigir estudos adicionais sempre que identificar risco à segurança, ao meio ambiente ou à infraestrutura pública.

§ 2º A ausência ou insuficiência dos estudos previstos neste artigo implicará o indeferimento do pedido.

CAPÍTULO III DOS USOS DO SOLO PERMITIDOS

Art. 4º Nas áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), serão permitidos exclusivamente os seguintes usos:

- I – Habitação unifamiliar isolada;
- II – Uso agropecuário de baixo impacto, restrito à produção vegetal, vedadas atividades de criação intensiva de animais.

Art. 5º Ficam expressamente proibidos, nas áreas com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento):

- I – Uso residencial multifamiliar;
- II – Uso comercial, industrial ou de serviços;
- III – Implantação de loteamentos de alta densidade;
- IV – Qualquer uso que implique aumento significativo de risco geotécnico ou ambiental.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º O Município poderá exigir medidas mitigadoras e compensatórias adicionais, sempre que os estudos técnicos indicarem riscos à segurança pública, ao meio ambiente ou à infraestrutura urbana.

Art. 7º Esta Lei Complementar deverá ser observada obrigatoriamente na análise de:

- I – pedidos de parcelamento do solo;
- II – alvarás de construção;
- III – licenciamentos urbanísticos e ambientais;

Art. 8º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho/PR, 21 de janeiro de 2026.


NILMAR FRANCISCO RECH

Prefeito em Exercício do Município de Salgado Filho